



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Agir sem Poder:

O papel da Indispensabilidade Funcional nas intenções de Ação Coletiva em grupos autoritários

Diana Isabel Monteiro Costa

Tese de Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção de Grau de Mestre em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Miriam Rosa, Investigadora, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora;

Doutora Rita Guerra, Investigadora Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017

*When you can do nothing, what can you do?*

Blog: Zen Reflection, 2009

## **Agradecimentos**

Eu acredito que a vida segue um percurso de conseqüências, que cada passo antecede o próximo acontecimento e que, sem esse passo, é inimaginável o impacto nas nossas vidas. Por isso é um pouco difícil agradecer. Não posso simplesmente agradecer a quem dá de si por mim, todos os dias, a quem me apoia e facilita este percurso, ou a quem fez o melhor para me apoiar nesta investigação, porque todos os passos ao longo deste caminho tiveram significado.

No entanto, vamos começar por esses, pelos que, sem obrigação e sem benefícios estiveram ao meu lado: a família, os amigos e tu. Ao amor, não no sentido usual da palavra. Às relações, puxões de orelhas e aos colinhos nas horas menos boas. Um especial obrigado à minha mãe, por ser tudo aquilo que eu gostaria de ser quando fosse “grande”, por me ensinar as lições mais importantes que aprendi, sem nunca ter explicado nada, por ser: O Exemplo.

A todos os outros, que sem querer contribuíram para o meu percurso, em especial: aos investigadores que, muitas vezes, vivem na sombra: por não se satisfazerem sem respostas, por questionarem e, sobretudo, pelo alento de descobrir; e aos militares do nosso país, que sofrem represálias todos os dias por serem trabalhadores do estado, sem que lhes seja reconhecido: o seu trabalho, os seus sacrifícios e as suas lutas. A tudo o resto que permanece sem ser explicado, ao universo, por ser inspiração inesgotável.

## **Resumo**

Este estudo analisa a indispensabilidade funcional enquanto moderadora dos antecedentes da ação coletiva, identificados no modelo SIMCA (Social Identification Model of Collective Action; Van Zomeren, Postmes, & Spears, 2012), num grupo autoritário: a Guarda Nacional Republicana (GNR). A literatura refere que a indispensabilidade do contributo individual para o funcionamento de um grupo não é um motivador suficiente para determinar a participação em ações coletivas, por parte de um indivíduo (Klandermans, 1984). No entanto, será que a indispensabilidade funcional, a nível grupal, possui um papel importante no que toca à ação coletiva? Os grupos autoritários, além da pressão social e hierárquica, podem possuir restrições legisladas à liberdade, pelo que é importante perceber as motivações para se envolverem em ações de reivindicação coletiva. Este estudo contou com a participação de 246 indivíduos pertencentes à GNR. Apesar da hipótese inicial não ter sido suportada, foram identificadas várias associações pertinentes entre variáveis. Estudos futuros são importantes para perceber algumas questões levantadas nesta investigação, nomeadamente acerca do papel preditor da indispensabilidade funcional nas intenções de ação coletiva.

*Palavras chave:* Ação coletiva; indispensabilidade funcional; grupos autoritários; identidade social.

### **PsycINFO Codes:**

3000 Psicologia Social

3020 Processos Grupais & Interpessoais

3800 Psicologia Militar

## **Abstract**

This study examines functional indispensability as a moderator of the antecedents of collective action, identified in the SIMCA (Social Identification Model of Collective Action, Van Zomeren, Postmes, & Spears, 2012) model, in an authoritarian group: Guarda Nacional Republicana (GNR). The literature states that the indispensability of individual contribution to the functioning of a group is not a sufficient motivator to determine participation in collective actions by an individual (Klandermans, 1984). However, does functional indispensability at the group level play an important role in collective action? Authoritarian groups, in addition to social and hierarchical pressure, have legislated restrictions on freedom, so it is important to understand the motivations to engage in collective claim actions among those groups. This study involved 246 individuals belonging to the GNR (235 males and 11 females). Although the initial hypothesis was not supported, it was identified the existence of correlations between the variables analyzed in this study. Future studies are important to understand some of the issues raised in this research, namely about the predictive role of functional indispensability in collective action intentions.

*Keywords:* Collective action; functional indispensability; authoritarian groups; social identity.

### **PsycINFO Codes:**

3000 Social Psychology

3020 Group & Interpersonal Processes

3800 Military Psychology

## Índice

I.	Introdução.....	1
II.	Abordagem Teórica e Hipóteses .....	3
2.1.	Ação coletiva .....	3
2.2.	SIMCA (Social Identification Model of Collective Action) .....	4
2.4.	Comportamentos disruptivos .....	8
2.5.	Indispensabilidade Identitária e Indispensabilidade Funcional .....	9
2.6.	A GNR: uma força de segurança militarizada.....	10
2.7.	Hipóteses .....	11
III.	Secção Empírica.....	14
3.1.	Método.....	14
3.1.1.	Participantes. ....	14
3.1.2.	Medidas .....	15
3.2.	Resultados.....	16
3.3.	Análises adicionais .....	18
IV.	Discussão e Conclusões .....	23
4.1.	Limitações e Estudos Futuros.....	24
	Referências Bibliográficas .....	27

## Índice de Quadros

Quadro 1: Teste de Hipótese. ....	17
Quadro 2: Teste de modelo de mediação. ....	19
Quadro 3: Descritivas e matriz de correlações entre variáveis .....	21

## Índice de Figuras

Figura 1: Modelo SIMCA após incorporação da Convicção Moral: adaptação de Van Zomeren <i>et al.</i> , (2012).....	6
Figura 2: Organização das formas militares e de segurança em Portugal.....	10
Figura 3- Hipótese.....	13
Figura 4: Raiva enquanto mediadora da relação entre a indispensabilidade funcional e a ação coletiva. ....	19



## **Glossário de Siglas**

**SIMCA:** *Social Identity Model of Collective Action;*

**GNR:** Guarda Nacional Republicana;

**PSP:** Polícia de Segurança Pública;

**RDM:** Regulamento de Disciplina Militar.

## I. Introdução

A ação coletiva é uma das temáticas estudada pelas Ciências Sociais com contributos importantes para diversas áreas, tais como a economia, gestão, política e a psicologia, marketing e mesmo a saúde (Zomerem, Postmes, & Klandermans, 2008; Markus, 2016). Esta é tipicamente definida como qualquer tipo de ação em que os indivíduos se envolvem com o objetivo de melhorar as condições do grupo, como protestos, manifestações, petições (van Zomerem, 2015; Wright, Taylor, & Moghaddam, 1990). Do ponto de vista da psicologia cultural, a autonomia de decisão para o envolvimento em qualquer comportamento segue uma lógica: ‘Eu escolho fazer porque eu quero, eu preciso e é importante para mim’ (Markus, 2016). Mas o que motiva a ação coletiva em grupos autoritários? Ou seja, de que modo se processa a lógica apontada pela psicologia cultural quando ‘eu não posso fazer’, no que toca a ações coletivas?

O comportamento social é de difícil compreensão quando não existe uma perspetiva funcionalista explicativa (Tetloc, 2002). Apesar da vasta investigação nesta área, e apesar da maioria dos teorizadores partir da premissa de que o comportamento coletivo surge através da motivação para atingir determinado objetivo (van Zomerem & Spears, 2009), seja ele uma necessidade individual, comum a mais do que um indivíduo (Markus, 2016) ou a reação contra uma situação de injustiça (Turner-Zwinkels, Postmes, & van Zomerem, 2016), é escasso o conhecimento sobre os antecedentes da ação coletiva em grupos autoritários. O presente trabalho pretende contribuir para preencher esta lacuna, avaliando os antecedentes da ação coletiva num grupo autoritário, e explorando o papel da indispensabilidade funcional nesta relação.

Muitas variáveis têm sido apontadas como antecedentes da ação coletiva, numa tentativa de explicação deste tipo de comportamentos. Após uma revisão (intensiva) da literatura existente, Van Zomerem, Postmes e Spears (2008), concebem o Social Identity Model of Collective Action (SIMCA) que aponta a identificação, eficácia, injustiça e, mais recentemente, a convicção moral (Van Zomerem, Postmes & Spears 2012) como preditoras de ação coletiva. Neste modelo, a identificação com um determinado grupo, com as suas ideologias e/ ou reivindicações parece ser um antecedente importante da participação em movimentos coletivos (Simon, & Ruhs, 2008; Van Zomerem, Postmes, & Klandermans, 2008; Stürmer, & Simon, 2009).

Investigações recentes têm demonstrado uma ligação entre a instrumentalidade dos contributos do grupo (indispensabilidade funcional) e a identificação do grupo com uma dada

categoria supraordenada que inclui o próprio grupo (endogrupo) e exogrupo(s) relevante(s) (Guerra, Gaertner, António, & Deegan, 2015). No entanto, é desconhecido o papel desta indispensabilidade funcional para a o envolvimento em ações coletivas. Ou seja, de que forma a perceção de que os contributos do endogrupo para o funcionamento de uma categoria supraordenada podem influenciar a intenção de participação num movimento coletivo. Nesse sentido, esta investigação é pertinente pois poderá contribuir para o aumento do valor preditivo dos atuais modelos de ação coletiva e contribuir para uma clarificação das variáveis envolvidas na intenção de ação coletiva, num grupo autoritário português.

Assim, esta dissertação está organizada em quatro Capítulos. No primeiro é apresentada uma introdução ao estudo, no Capítulos II, apresenta-se a revisão da literatura das variáveis em estudo, incluindo os seus conceitos, a relação entre eles e apresentação do estudo, seguidos por um breve enquadramento do grupo alvo; no Capítulo III de natureza empírica, descreve-se o método e, expõem -se os principais resultados obtidos quer na parte central quer na parte complementar, e por último, no Capítulo IV encontra-se a discussão bem como as limitações encontradas e as propostas para a realização de futuros estudos.

## II. Abordagem Teórica e Hipóteses

### 2.1. Ação coletiva

A ação coletiva é usualmente definida com um conjunto de ações organizadas por um conjunto de indivíduos que se auto categorizam num grupo (endogrupo), com o objetivo de melhorar as condições do grupo, evidenciando a sua identidade coletiva em detrimento da sua identidade individual (van Zomeren *et al.*, 2012). Esta é vista como uma estratégia poderosa de mudança social, podendo assumir várias formas, desde de ações não violentas, como: a participação em manifestações pacíficas, assinatura de petições, ou participação em atos de desobediência civil, até mais radicais, como: sabotagem e violência (Bamberg, Rees, & Seebauer, 2014).

A Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978) postula que a perceção das disparidades grupais como ilegítimas motiva o endogrupo a competir socialmente. No entanto de que forma se comportam diferentes grupos face a estas disparidades? Van Zomeren (2015) postula que grupos não ativistas podem envolver-se em ações coletivas através da politização identitária ou então pela tomada de consciência: da convicção moral associada à problemática grupal, da identificação com o grupo, da injustiça presente e da eficácia grupal na lide contra a reivindicação. Investigações também têm sido realizadas tendo em conta identidade politizadas e não politizadas (Zomeren, Postmes, & Klandermans, 2008) com o objetivo de encontrar um modelo explicativo da ação coletiva, comum a diferentes grupos.

Como na grande maioria das temáticas estudadas pelas diversas ciências, também a ação coletiva foi alvo de diferentes teorizações e perspetivas heterogéneas e, ainda hoje, não existe apenas uma linha teórica aceite pela comunidade científica como explicativa deste fenómeno (Markus, 2016). A investigação e teorização em torno da mobilização social remontam ao início do século XX, com ideia de que indivíduos com um interesse em comum iriam, voluntariamente, agir em grupo para alcançar esse determinado interesse (Ostrom, 2015). No entanto, com a publicação de Olson (1965) surgiram muitas perspetivas/ teorias numa tentativa de explicação do envolvimento em movimentos sociais. Desde as teorias tradicionais, que apontam o comportamento coletivo como produtor de mudança cultural (Jenkins, 1983; Porta & Diani, 1999; Alonso, 2009), até à ideia de que a participação num movimento coletivo surgia através de um processo de decisão racional (McCarthy & Zald, 1977; Porta & Diani, 1999) de avaliação de custos vs. benefícios, passando pelo ponto de

vista político (Tilly, 1978; McAdam, Tarrow, & Tilly, 2003) e, mais recentemente, pelos novos movimentos sociais, tais como os movimentos LGBT (Alonso, 2009; Falk, 2009; Clark, 2003).

Estas diferentes teorizações originaram tentativas de convergência de perspectivas. Por exemplo, o Modelo da Identidade Coletiva Politizada (Simon & Klandermans, 2001), refere que a ação coletiva é assente em três pilares: a luta pelo poder, a identidade coletiva e o contexto social. Ou seja, os indivíduos envolvem-se em ações coletivas quando, e enquanto membros do grupo auto consciente, lutam pelo poder no contexto social amplo em que esta reivindicação tem que ser travada. Este modelo triangular, automaticamente gera uma identidade coletiva politizada, um eficaz agente social que se envolve em ações coletivas estratégicas com o objetivo de obter poder.

## **2.2. SIMCA (Social Identification Model of Collective Action)**

A abundante e multidisciplinar literatura em torno da ação coletiva levou van Zomeren, Postmes, e Klandermans, em 2008, a uma nova proposta de integração através do Modelo de Identidade Social da Ação Coletiva (SIMCA). Os autores referem primeiramente três variáveis consideradas cruciais no que toca ao envolvimento numa ação coletiva: injustiça, eficácia e identidade

A perceção de injustiça é associada, pelos autores, à teoria da privação relativa (Stouffer *et al.*, 1949), focando-se na perceção de desvantagens injustas. Segundo esta teoria, a ação coletiva só ocorre quando, através do processo de comparação social, existe uma perceção de injustiça. Esta, enquanto poderoso motivador, tem revelado ser um melhor preditor da ação coletiva quando ocorre a nível grupal, ou seja, a perceção de prática de injustiça por parte de um grupo contra um indivíduo ou contra outro grupo parece exercer um maior impacto em comparação com a injustiça praticada por um só indivíduo (Smith & Ortiz, 2002).

No que toca às emoções resultantes da perceção de injustiça (Smith & Ortiz, 2002), e o seu enquadramento enquanto emoções grupais (como a raiva), estas parecem ser mais eficazes a prever a ação coletiva do que a perceção isolada e cognitiva de injustiça (van Zomeren *et al.*, 2008). Van Zomeren (2014), refere-se à emoção como uma das quatro principais motivações para a ação coletiva, referindo que as emoções representam um papel crucial para o funcionamento humano (van Zomeren *et al.*, 2012). As emoções, como a raiva,

podem ser experienciadas tanto a um nível individual como grupal. Van Zomeren e colegas (2008) referem as emoções, nomeadamente a raiva, enquanto variável preditora de ação coletiva, associando a mesma à percepção de injustiça. A raiva é a emoção mais relevante no que toca à explicação da ação coletiva, pois surge de um processo racional de custo-benefício (Lazarus, 1991) associado à necessidade de justiça (Walker & Smith, 2002).

A eficácia é definida pela crença partilhada de que um grupo pode resolver o seu problema através da união de esforços (Mummendey & Wenzel, 1999). Deste modo, uma forte percepção subjetiva de eficácia grupal pode facilitar o envolvimento em ações coletivas (Van Zomeren *et al.*, 2008). Um dos fatores que pode influenciar a percepção de eficácia é a percepção de que o exogrupo é pouco maleável, ou seja, a probabilidade de existir mudança, no exogrupo, resultante da ação coletiva é baixa (Cohen-Chen, Halperin, Saguy, & Van Zomeren, 2014), o que resultará na percepção de ineficácia da ação coletiva.

Do ponto de vista individual, a deliberação de participação num movimento social, parece depender da percepção, por parte de um indivíduo, de que o seu envolvimento é importante para a concretização de ação coletiva (ex: se ele não o fizer, mais ninguém fará) – eficácia participativa, em conjunto com a crença de eficácia do seu grupo (Van Zomeren, Saguy, & Schellhaas, 2013). Caso um indivíduo racional encare o seu contributo enquanto importante mas considere que o seu grupo pode alcançar os seus objetivos sem ele, não deverá participar numa ação coletiva pois espera um benefício muito baixo da sua participação (Van Zomeren *et al.*, 2013).

No modelo inicial, os autores referem a identidade social como um preditor de ação coletiva, principalmente a identidade politizada (Simon & Klandermans, 2001), ou seja, a identificação com um grupo envolvido em movimentos sociais (Van Zomeren *et al.*, 2008), sendo importante referir que a identidade politizada é mais frequente em grupos minoritários (Klandermans, 2014). Neste modelo, além de ser apontada como um antecedente da mudança social, a identificação exerce um papel essencial de conciliação e associação das percepções de injustiça e eficácia (Van Zomeren *et al.*, 2008).

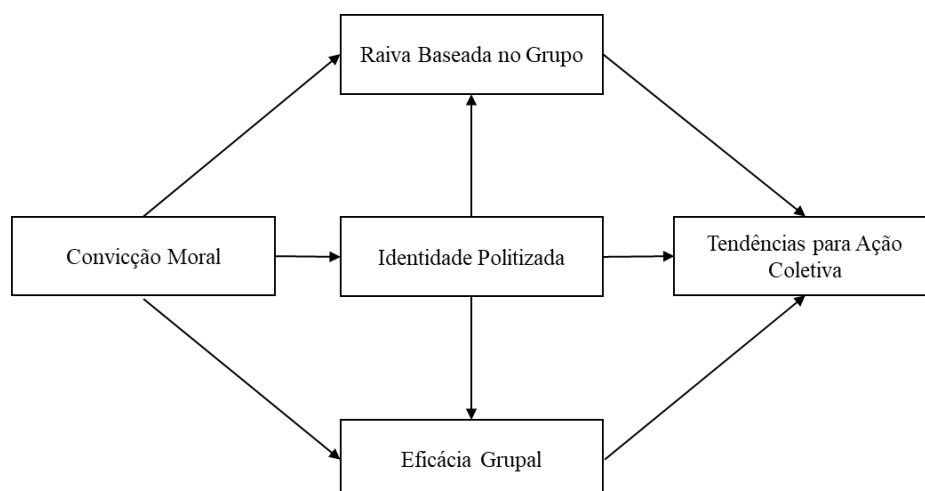
Enquanto antecedente da mudança social, a identificação parece, também, exercer um papel preponderante no envolvimento em ações coletivas, afinal, o que levaria alguém a preocupar-se com uma causa se não se identificasse com a mesma (Ellemers, Spears, & Doosje, 1999; Klandermans, 2014)? Mais uma vez parece que a identificação com um grupo de estatuto minoritário é um predisponente mais forte para a ação coletiva do que a identificação com um grupo maioritário (Sturmer & Simon, 2004). Devido ao seu estatuto percebido, a identificação com grupos minoritários é associada à percepção de uma

desvantagem relativa (Van Zomeren *et al.*, 2008). No que toca a conflitos intragrupais, quando além de percecionarem o grupo como minoritário, as fronteiras do grupo são consideradas impermeáveis (não existe a possibilidade de mobilidade para o exogrupo) e a situação intergrupar é percebida como estável e, muitas vezes, ilegítima, os elementos destes grupos poderão envolver-se em ações coletivas, numa tentativa de mudança do *status quo* (Van Zomeren *et al.*, 2008).

A quarta motivação principal para a ação coletiva, identificada por Van Zomeren, e colegas (2012) e integrada no SIMCA, é a convicção moral. Esta apresenta um papel de antecedente/preditor das variáveis independentes identificadas no modelo original - raiva ao nível do grupo (emoções), eficácia e identidade - sendo que a convicção moral demonstrou ser, principalmente, preditora de ação coletiva, na presença de identidades politizadas. A violação de atitudes tidas como subjetivamente universais, como por exemplo as “verdades absolutas”, origina respostas fortes e motivadas. Quando uma convicção é violada, os indivíduos tendem a sentir fortes sentimentos de raiva contra o(s) transgressores(s), e, como consequência, tendem a punir os mesmos (e.g., Skitka, Bauman, & Mullen, 2004; Tetlock *et al.*, 2000; van Zomeren & Lodewijkx, 2005).

Nesta linha de pensamento, os autores definem convicções morais como: “fortes e absolutas posições sobre questões morais, que, como consequência, não toleram qualquer exceção ao princípio de 'ordem superior'” (Van Zomeren *et al.*, 2012, p.55).

*Figura 1: Modelo SIMCA após incorporação da Convicção Moral: adaptação de Van Zomeren et al., (2012).*



### **2.3. Ação coletiva em grupos autoritários.**

Segundo Geddes (1999), os grupos autoritários distinguem-se dos demais pela distância a que se encontram de políticas democráticas. Muitos dos grupos autoritários surgem através de algum tipo de intervenção militar. Nestes, um grupo de oficiais toma decisões acerca do poder hierárquico e possui influência política, tornando-se nos únicos intervenientes com poder para instalar mudanças no seio do grupo. Quando o objetivo é a democratização, Geddes (1999) argumenta que os grupos autoritários, quebram sob diferentes circunstâncias. Os grupos militares tendem a revelar-se mais frágeis quando enfrentam divergências de liderança (muitas vezes os interesses dos oficiais excedem o interesse pela preservação da instituição militar). A mobilização em massa neste grupo pode aparentar, para a população geral, que o mesmo se encontra a falhar com os seus próprios critérios e normas, e neste caso, fortalecer a união do grupo contra a opinião civil. No entanto, grupo está mais propenso a aceitar processos de mudança quando as ações coletivas são de carácter não violento (Ulfelder, 2005) de modo a não comprometer a sua imagem na sociedade civil.

No que toca ao comportamento coletivo de um grupo militar durante situações de combate/guerra, a literatura indica-nos que esse comportamento não é motivado pelas recompensas financeiras, por punições ou até mesmo pela crença numa causa (McLauchlin, 2015). Mesmo em situações em que o comando (liderança) ou o pagamento pelos seus serviços é posto em causa, os militares parecem continuar a combater. O sentido de compromisso para com os seus camaradas parece exercer influência sobre o comportamento grupal, até em situações que vão contra as ordens impostas pela estrutura hierárquica superior (McLauchlin, 2015). No entanto, serão estas premissas aplicáveis à ação coletiva quando esta se dirige contra o endogrupo ou contra a categoria supraordenada?

De acordo com Cohen-Chen e colegas (2014), a percepção de que o exogrupo poderá ser permeável à mudança aumenta a probabilidade de envolvimento, por parte de membros do endogrupo, em ações coletivas. No entanto, em instituições militares, a percepção de permeabilidade é baixa, pelo que as estratégias utilizadas para melhorar as condições do endogrupo, relativamente à categoria supraordenada devem ser aperfeiçoadas (Baltazar, 2005). Levy (2017) argumenta que os soldados controlam o exército a partir do interior da organização através de várias ações e comportamentos (delação sincronizada, recusa seletiva, atrasos, negociação coletiva e intervenções em tempo real, documentadas ou com testemunhos, ou ameaças de revelar informações internas a civis) com o objetivo de



influenciar as relações políticas externas e limitar a autonomia dos superiores. No entanto, em casos de puro protesto, os militares fazem-no fora da organização e deixam os governos decidirem acerca das suas reivindicações. Qual será o impacto das limitações à liberdade de protesto típicas de um grupo autoritário nas suas intenções de ação coletiva, ou até mesmo nas variáveis antecedentes deste comportamento?

#### **2.4. Comportamentos disruptivos**

Tal como Levy (2017) refere, os militares tendem a controlar a organização a partir do interior, recorrendo a um conjunto de comportamentos com o objetivo de melhorar as suas condições dentro do grupo. Este tipo de comportamento ocorre nas patentes mais baixas como forma de controlar os comportamentos de indivíduos numa hierarquia superior. Segundo Louis (2009), a ação social disruptiva causa instabilidade no grupo, que poderá levar a alterações de *status quo*, como ação de defesa contra a ameaça percebida.

Tendo em conta as restrições à liberdade no que toca à ação coletiva, típicas de grupos autoritários, estes parecem recorrer a comportamentos disruptivos como alternativa a comportamentos típicos de ação coletiva (petições, manifestações, greves), no entanto é pertinente distinguir os conceitos. Nas últimas duas décadas, a literatura tem feito referência a um conjunto de formas de comportamento disruptivo nas organizações (Yildiz & Alpan, 2015; Appelbaum, Shapiro, & Molson, 2006). Os autores referem “mau comportamento” como qualquer forma de comportamento intencional que pode, potencialmente, prejudicar/lesar a organização e/ou os indivíduos que pertencem à mesma (Griffin & Lopez, 2005).

Griffin e Lopez (2005) propõem cinco definições de comportamento disruptivo:

- Comportamento disfuncional: comportamento motivado por um trabalhador ou grupo de trabalhadores, com a intenção de ter consequência negativas para outro indivíduo e/ou grupo e/ou para a própria organização;

- Desvio no local de trabalho: comportamentos que diferem das normas sociais (poderão ser construtivos ou destrutivos);

- Agressão no local de trabalho: comportamentos não-físicos, altamente assertivos, diretamente contra uma pessoa ou objeto;

- Violência no local de trabalho: comportamentos físicos, altamente assertivos, diretamente contra uma pessoa ou objeto;

- Comportamento antissocial: termo alternativo para o comportamento disfuncional.

Dada a sua importância para o mundo dos negócios, vários autores abordam as causas e consequências destes comportamentos (Muafi, 2011; Appelbaum *et al*, 2006; Walsh, 2014; Yildiz & Alpkın, 2015). Michel e Hargis (2017) referem que existe uma relação positiva entre a percepção de injustiça (Zribi & Souai, 2013) e a predisposição para comportamentos agressivos, com a adoção de comportamentos organizacionais disruptivos, direcionados para com um indivíduo ou para com um grupo.

## **2.5. Indispensabilidade Identitária e Indispensabilidade Funcional**

Van Zomeren *et al*, (2013) referem que uma das variáveis implicada na disponibilidade de um indivíduo para participar numa ação coletiva é a percepção de que o seu contributo é importante para a concretização desta ação, conceito designado por eficácia participativa. Este conceito, parece relacionar-se com a definição de indispensabilidade funcional de Guerra e colegas (2015), o que poderá indicar que a percepção de indispensabilidade dos contributos de um indivíduo para a concretização de uma ação benéfica para o endogrupo pode influenciar a sua disponibilidade de participação neste movimento, e adesão à ação coletiva.

A indispensabilidade tem sido estudada, por diferentes linhas de investigação enquanto variável relacionada com as relações intra e intergrupais (p.ex. Ng Tseung-Wong & Verkuyten, 2010; Weber & Hertel, 2007). Guerra, Gaertner, António & Deegan, (2015) sugerem que o conceito de indispensabilidade pode ter duas origens distintas: a indispensabilidade identitária, quando o subgrupo contribui para a definição de uma categoria supraordenada que inclui o endogrupo e exogrupos, ou seja quando diferentes grupos se identificam como partes complementares que definem uma identidade comum (Guerra *et al.*, 2015), e a indispensabilidade funcional, quando é percecionado um contributo do subgrupo para o funcionamento (resultados) da categoria superordenada (Guerra *et al.*, 2014).

À luz de investigações já realizadas, embora a um nível identitário, a indispensabilidade parece possuir efeitos positivos para as relações intergrupais, por exemplo, Verkuyten, Martinovic e Smeekes (2014), sugerem que a percepção dos imigrantes (minorias) como indispensáveis para definir a identidade nacional está associada com uma maior aceitação dos direitos culturais por parte dos autóctones (maioria) e, também, relacionada com uma percepção de identidade dual, ou seja, dois subgrupos da mesma categoria supraordenada (invés de um grupo singular). Estes conceitos podem ter particular relevância quando aplicados a relações grupais de maiorias vs minorias (Guerra *et al.*, 2015). No entanto, desconhece-se ainda o papel da indispensabilidade nas intenções de ação coletiva.

Klandermans, (1984), refere que incentivos ideológicos, como a indispensabilidade de um contributo individual, não são suficientes para motivar a participação em movimentos sociais/coletivos. No entanto, além da literatura não fazer referência à influência da indispensabilidade de contributos ao nível grupal na intenção de ação coletiva, o estudo citado para este pressuposto nunca foi publicado, sendo desconhecidos os resultados do mesmo (B. Geddes, comunicação pessoal, 7 dezembro, 2016).

### 2.6.A GNR: uma força de segurança militarizada

A GNR é “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa” (Diário da República, 2017), com a missão de garantir a legalidade democrática, assegurar a segurança interna e o respeito pelos direitos dos cidadãos, bem como executar as políticas de defesa nacional, com respeito pela lei e pela Constituição, constituído por, aproximadamente, 22608 militares no seu efetivo (Novais, 2017). Esta é a única força de segurança com natureza e organização militar, devido à sua polivalência e natureza (Bessa, 2011). Tal como as restantes forças de segurança, mas, especialmente, comparativamente às forças militares a estrutura desta força é altamente hierarquizada e responde a uma cadeia restrita de autoritarismo (Soares, 2015).

Figura 2: Organização das formas militares e de segurança em Portugal.



As forças armadas, como qualquer outra organização, têm sofrido mudanças ao longo dos anos, de modo a acompanharem as evoluções demonstradas no resto da sociedade, no entanto, como uma organização formal e autoritária, as mudanças, quando inseridas a partir do interior da organização, são de fácil implementação (Baltazar, 2005). A dificuldade, no que toca à implementação de mudanças, surge quando estas surgem do exterior da organização ou põem em causa a imagem das Forças Armadas e possam resultar na perceção de uma organização insegura e incapaz de manter/transmitir segurança. Além do

autoritarismo interno, existe ainda uma cultura de obediência ao poder cível, que merece o respeito e dedicação militar, no entanto, não respeita ou valoriza este grupo (Baltazar, 2005).

No entanto, apesar das restrições (legisladas) à liberdade, do respeito pela hierarquia e pela cadeia de poder e da importância da lealdade intragrupal para o sucesso da organização, ao longo dos anos têm sido registadas diferentes manifestações militares com diferentes objetivos (Manning, 1991; 1991; Pimentel, 2008;), como por exemplo: defesa contra o autoritarismo e abuso de poder, em 2005; protesto contra os cortes orçamentais, em 2006; contra a política da saúde e contra a retribuição média dos militares, em 2008; contra a ilegitimidade de poder, em 2009. Muitas destas ações coletivas (manifestações e protestos) originaram declarações por parte do governo (nomeadamente, por parte do Primeiro Ministro e Presidente da República) contra a ilegalidade de tais ações, processos disciplinares e até ordens de prisão para militares envolvidos (Calhaço, 2010).

O mais recente evento que causou instabilidade nesta força e levou à ocorrência de ações de protesto e manifestação prendeu-se com a aprovação em Assembleia da República, em 22 de março de 2017, das alterações ao regime estatutário dos militares da GNR. A implementação destas alterações causou instabilidade neste grupo profissional, que gerou protestos e manifestações, nomeadamente a 3 de maio (Lusa, 2017), e a 24 de maio de 2017, esta última que contou com centenas de militares nas ruas de Lisboa (TVI24, 2017), que exigiam, principalmente, o descongelamento de promoções por concretizar, diminuição dos dias de férias, “promoções por escolha”, congelamento dos índices remuneratórios e o défice de efetivo e respetivo declínio do mesmo (Lusa, 2017).

## **2.7.Hipóteses**

O estudo da mobilização das pessoas para agirem em conjunto tem sido um dos focos das ciências sociais. Diversas explicações para a justificações para este fenómeno têm sido exploradas, dando origem, deste modo, ao SIMCA (Van Zomeren *et al.*,2008), que integra três antecedentes da ação coletiva (como sendo os mais significativos): injustiça, eficácia e identidade. Recentemente outras variáveis têm sido identificadas como antecedentes da ação coletiva, como: moralidade, emoção (tendencialmente emoções de raiva, van Zomeren, 2013), normas sociais (Rees & Bamberg, 2014).

O contexto militar, caracterizado pela sua estrutura organizacional hierarquizada, é de particular interesse para esta investigação, uma vez que as funções de militares de baixo estatuto (ou seja, de posto inferiores: praças e sargentos) são caracterizadas pela presença de

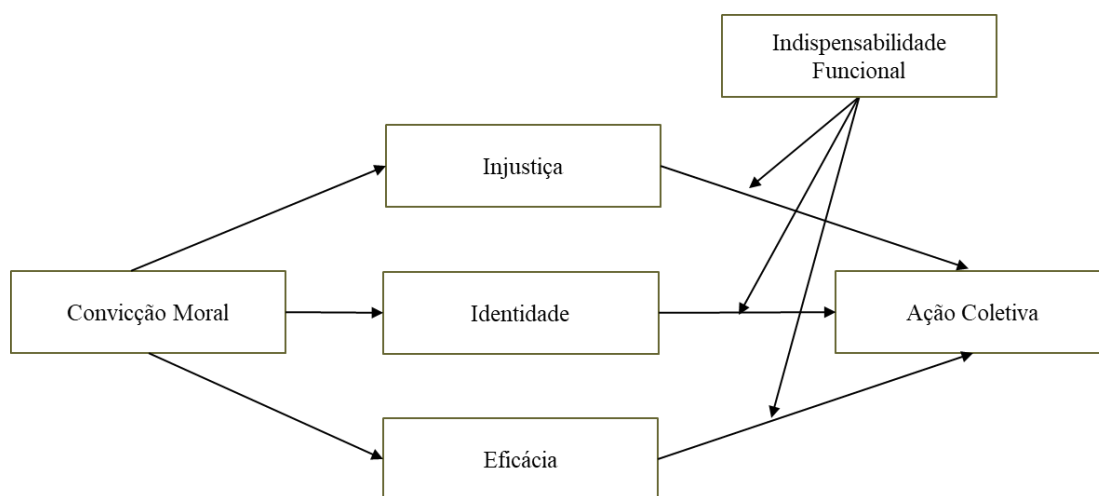
tarefas operacionais (face aos militares de estatuto mais elevado: oficiais), o que poderá resultar na perceção de indispensabilidade para os resultados da categoria supraordenada (as forças nacionais).

A indispensabilidade funcional pode ocorrer quando o contributo de um subgrupo é indispensável para os resultados de uma categoria supraordenada que inclui esse grupo e exogrupo(s) relevante(s) (Guerra *et al.*, 2015). A indispensabilidade tem demonstrado exercer influência positiva na identidade de grupos de baixo estatuto (Guerra *et al.*, 2015). No entanto, quando os contributos do grupo minoritário não são reconhecidos por outro grupo (maioritário), no seio de uma categoria supraordenada, poderá ser despoletada uma perceção de desvantagem relativa, o que poderá desencadear estratégias de competição social, como a ação coletiva. A inclusão de perceções de indispensabilidade funcional poderá ser, assim, uma mais-valia para compreender as intenções de ação coletiva num contexto em que não é comum ocorrerem tais manifestações, como é o caso do contexto militar.

O SIMCA, enquanto modelo integrador de diferentes abordagens, tem demonstrado um bom valor preditivo, no entanto, poderá a indispensabilidade funcional ajudar a explicar, ainda melhor, o fenómeno da ação coletiva?

H<sub>1</sub>: poderá a indispensabilidade moderar as relações entre as variáveis mediadoras do modelo SIMCA (eficácia, identidade e injustiça) e a variável dependente (ação coletiva)? Ou seja, será a capacidade explicativa do modelo SIMCA exacerbada com a presença da indispensabilidade funcional enquanto moderadora das relações entre a raiva, eficácia e identificação e a intenção coletiva, tendo em conta o modelo de Van Zomeren e colegas (2012) em que a convicção moral surge enquanto variável independente (consultar figura 3), e, tendo em conta, o contexto de investigação de um grupo autoritário, a Guarda Nacional Republicana?

Figura 3- Hipótese



### III. Secção Empírica

#### 3.1. Método

##### 3.1.1. Participantes<sup>1</sup>.

Os participantes foram 246 indivíduos pertencentes à GNR (235 do sexo masculino e 11 do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 22 e ou 64. Destes, 78,7% pertenciam à categoria de guardas (a mais baixa na escala hierárquica), 6,6% à categoria de sargentos e 3,7 à categoria de oficiais (a mais alta na escala hierárquica). No entanto, diferentes graus de liberdade em diferentes análises irão refletir que muitos participantes desistiram do questionário.

Os participantes responderam de forma voluntária a um questionário disponível a partir da plataforma Qualtrics (Provo, UT), e distribuído a uma amostra por conveniência através de amostragem bola de neve.

---

<sup>1</sup> Foi realizada, inicialmente, uma tentativa de investigação numa força especial militar do exército português: os paraquedistas. Devido a dificuldades sentidas na recolha da amostra a investigação foi realizada num grupo militarizado com estrutura hierárquica semelhante à do exército português. Mais precisamente, essa tentativa inicial de realização deste estudo no contexto militar, num grupo de paraquedistas contou com uma amostra de 161 participantes, dos quais 120 do sexo masculino e 1 do sexo feminino. As medidas utilizadas foram semelhantes às referidas, no entanto aplicadas ao contexto militar e à problemática de atrasos no pagamento do subsídio de salto. Dos referidos, apenas responderam à medida da variável dependente 39 participantes, verificando-se uma perda acentuada de amostragem e inviabilidade de análise dos dados.

### **3.1.2. Medidas<sup>2</sup>**

Além das questões sociodemográficas, foram utilizadas 9 variáveis com uma escala de resposta do tipo Likert de 7 pontos (1=Discordo Totalmente; 7=Concordo Totalmente). O questionário poderá ser consultado em anexo (Anexo 1). As estatísticas descritivas e correlações entre variáveis constam no Quadro 2.

#### ***3.1.2.1.Indispensabilidade funcional.***

A indispensabilidade foi medida através da adaptação da escala de Guerra, Rodrigues, Gaertner, Deegan e António (2016), com seis itens, ( $\alpha = .86$ ) por exemplo: ‘A GNR contribui para a capacidade operacional das Forças Nacionais.’.

#### ***3.1.2.2.Convicção moral.***

A convicção moral foi medida através da adaptação da escala de Van Zomeren, Postmes e Spears (2012), com seis itens, ( $\alpha = .86$ ) por exemplo: ‘A minha opinião acerca das alterações ao estatuto da GNR é uma parte importante das minhas normas e valores morais.’.

#### ***3.1.2.3.Eficácia.***

A eficácia foi medida através da adaptação da escala de Van Zomeren e colegas (2012), com quatro itens ( $\alpha = .95$ ), por exemplo: ‘Eu penso que, enquanto militares da GNR, nós podemos, juntos, defender os nossos interesses com sucesso.’.

#### ***3.1.2.4.Raiva ao nível do grupo.***

A raiva baseada no grupo foi medida através da adaptação da escala de Van Zomeren e colegas (2012), com três itens ( $\alpha = .90$ ), por exemplo: ‘Como militar da GNR, eu sinto-me furioso(a) com as alterações ao estatuto da GNR.’.

---

<sup>2</sup> Foram ainda integradas no questionário, com vista a um projeto mais alargado, medidas de indispensabilidade identitária:  $\alpha = .89$  (Guerra, Rodrigues, Gaertner, Deegan, & António, 2016) e comportamento disruptivos organizacionais,  $\alpha = .80$ , concebida a partir de revisão bibliográfica. Apesar de ter sido uma análise fatorial exploratória em que foram obtidos dois fatores que parecerem ir de encontro às infrações típicas no meio militar (fator 1) e aos comportamentos disruptivos mais latos (fator 2), não foi possível, em tempo útil, fazer sentido destes fatores, sendo utilizada, por isso, uma medida mais sólida: ação coletiva. No entanto mantivemos esta escala na matriz de correlações.



### ***3.1.2.5. Identificação com o endogrupo.***

A identificação com o endogrupo (militares da GNR) baseada no grupo foi medida através da adaptação da escala de identidade politizada de Van Zomeren e colegas (2012), com quatro itens ( $\alpha = .80$ ), por exemplo: ‘Eu identifico-me com os meus camaradas da GNR.’.

### ***3.1.2.6. Identificação com a categoria supraordenada.***

A identificação com a categoria supraordenada (forças nacionais) foi medida através da adaptação da escala de identidade politizada Van Zomeren e colegas (2012), com quatro itens ( $\alpha = .88$ ), por exemplo: ‘Eu vejo-me como membro das Forças Nacionais.’.

### ***3.1.2.7. Tendências para a ação coletiva.***

As tendências para a ação coletiva foram medidas através da adaptação da escala de Van Zomeren, Postmes e Spears (2012), com quatro itens,  $\alpha = .90$ , por exemplo: ‘Eu participaria numa manifestação contra as alterações ao estatuto da GNR.’.<sup>3</sup>

## **3.2. Resultados**

Para testar a hipótese de que a indispensabilidade funcional modera a relação entre as variáveis mediadoras do modelo SIMCA (injustiça, identificação e eficácia) e a ação coletiva, utilizámos o modelo 14 da macro PROCESS para SPSS (Hayes, 2013). Para evitar problemas relacionados com o tamanho reduzido da amostra para esse efeito, usámos 10000 amostras de *bootstrap* com um intervalo de confiança de 95%. Contrariamente ao esperado, a indispensabilidade funcional não modera a relação entre nenhuma das variáveis mediadoras e a variável dependente. Apenas a raiva prediz ação coletiva.

Como podemos verificar no Quadro 1, a única variável que previu significativamente a ação coletiva, no grupo em questão, foi a raiva. Também a convicção moral revelou ser preditora da identificação com a categoria supraordenada. Assim, contrariamente ao esperado apenas a raiva esteve associada a maior intenção de participar em ação colectiva, e esta relação não foi moderada pelas percepções de indispensabilidade funcional do grupo<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> A matriz de correlações entre as variáveis pode ser consultada no Quadro 3.

<sup>4</sup> Foi realizada a mesma análise com a identificação endogrupal em vez de supraordenada mas os resultados são, também, não significativos

Quadro 1: Teste de Hipótese.

		<i>B</i>	<i>SE</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
<i>Outcome: Raiva</i>					
$F(1,124) = 0.85, p = .36; r_a^2 = .01$					
	Constante	-4.20	.48	-.88	.38
	Convicção Moral	.09	.10	.92	.36
<i>Outcome: Eficácia</i>					
$F(1,124) = 2.55, p = .11; r_a^2 = .02$					
	Constante	-0.94	.66	-1.52	.13
	Convicção Moral	.21	.13	1.60	.11
<i>Outcome: Identificação com a Categoria Supraordenada</i>					
$F(1,124) = 5.64, p = .02; r_a^2 = .04$					
	Constante	-1.09	.48	-2.27	.03
	Convicção Moral	.24	.10	2.37	.02
<i>Outcome: Ação Coletiva</i>					
$F(8,117) = 20.00, p < .01; r_a^2 = .58$					
	Constante	5.42	.31	17.26	<.001
	Raiva	.64	.06	10.14	<.001
	Eficácia	.05	.05	1.01	.31
	Identificação superordenada	-.04	.06	-.57	.57
	Convicção Moral	.10	.07	1.56	.12
	Indispensabilidade Funcional	-.06	.06	-.91	.36
	Raiva X Indispensabilidade Funcional	.05	.04	1.11	.27
	Eficácia X Indispensabilidade Funcional	.02	.02	.77	.44
	Identificação Supraordenada X Indispensabilidade Funcional	-.03	.03	-.91	.36
	Efeito Direto	.10	.07	1.56	.12
	Efeito Indireto				
				Intervalos de confiança <i>bias-corrected e accelerated, 95%</i>	
		Efeito indireto	<i>SE</i>	Nível inferior	Nível superior
		.05	.07	-.06	.21
Estimativas Bootstrap	Raiva	.06	.07	-.07	.22
		.07	.08	-.08	.25
	Eficácia	.01	.01	-.01	.05
		.01	.01	-.01	.06

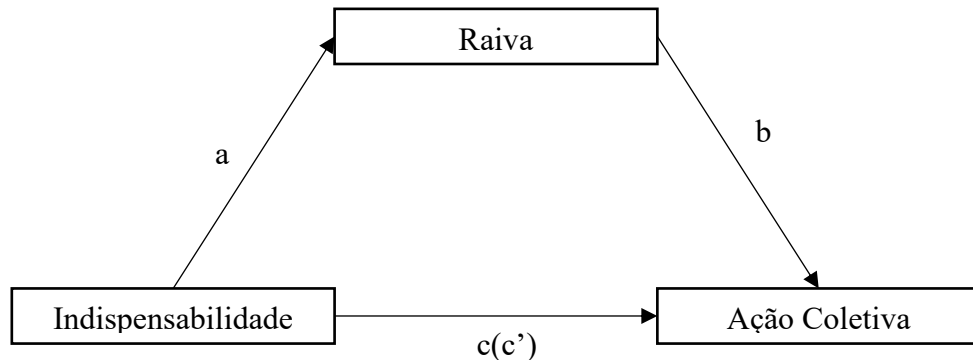
		.02	.02	-.01	.01
	Identificação	.01	.02	-.03	.04
	Supraordenada	-.01	.02	-.06	.02
		-.02	.02	-.09	.02
Índice de mediação moderada	Raiva	.01	.01	-.01	.04
	Eficácia	.01	.01	-.01	.03
	Identificação				
	Supraordenada	-.01	.01	-.03	.01

### 3.3. Análises adicionais

Uma análise às correlações entre variáveis (Quadro 2) permitiu-nos verificar que nesta amostra, a indispensabilidade funcional associou-se negativamente à raiva,  $r_a(134) = -.24, p < .001$ , e positivamente com a identificação supraordenada,  $r_a(124) = .35, p < .001$ , em linha com os trabalhos de Guerra e colegas (2015). Corroborando o SIMCA, (van Zomeren *et al.*, 2012), a convicção moral associou-se à identificação supraordenada  $r_a(126) = .21, p < .001$ .

Tendo em conta que a indispensabilidade funcional demonstrou associar-se à raiva, que por sua vez, é a única variável que demonstra uma capacidade preditiva de ação coletiva nesta amostra, verificámos a título exploratório, uma possível mediação entre as variáveis referidas (consultar Figura 4). Para tal, foi utilizado o Modelo 4 da macro PROCESS para SPSS (Hayes, 2013) para testar uma possível mediação entre as variáveis referidas (consultar Figura 3). Esta análise permitiu obter os resultados descritos no Quadro 2.

Figura 4: Raiva enquanto mediadora da relação entre a indispensabilidade funcional e a ação coletiva.



Quadro 2: Teste de modelo de mediação.

		<i>B</i>	<i>SE</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
<i>Outcome: Raiva</i>					
$F(1,126) = 7.64, p = .36; r_a^2 = .06$					
Constante		6.57	.40	16.49	<.001
Indispensabilidade Funcional		-.21	.07	-2.76	.01
<i>Outcome: Ação Coletiva</i>					
$F(2,125) = 76.88, p = <0.001; r_a^2 = .55$					
Constante		2.05	.46	4.45	<.001
Raiva		.69	.06	11.98	<.001
Indispensabilidade Funcional		-.01	.05	-.23	.82
				Intervalos de confiança <i>Bias-corrected e accelerated a 95%</i>	
		Efeito	<i>SE</i>	Nível inferior	Nível superior
Estimativas Bootstrap	Efeito Indireto de X em Y: Raiva	-.15	.05	-.26	-.05

O Quadro 2 mostra os coeficientes de regressão, erros-padrão e a significância dos testes entre as três variáveis representadas no modelo. Como se pode verificar, a indispensabilidade funcional está negativamente relacionada com a raiva, e esta por sua vez, está positivamente associada à ação coletiva. Assim, o efeito indireto é negativo ( $ab = -.15$ ) e significativo para um intervalo de confiança de 95%  $[-.26, -.06]$ , revelando que quanto menor a percepção de indispensabilidade, maior a raiva sentida, e conseqüentemente maior a intenção de ação coletiva.

Estas associações oferecem pistas pertinentes para futura conceptualização teórica acerca dos antecedentes de ação coletiva em grupos autoritários, e respetivo teste empírico, que serão discutidos no capítulo seguinte.

Quadro 3: Descritivas e matriz de correlações entre variáveis

	Média	SD	N	Indispensabilidade identitária	Indispensabilidade funcional	Convicção moral	Eficácia	Raiva	Intenção ação coletiva	Comportamento disruptivo	Infracoes militares	Comportamento disruptivo clássico	Identificação categoria supra- ordenada
Qual é a sua categoria?			242										
Indique o seu género.			246										
Há quanto tempo está na GNR?	6.11	1.46	245										
Pertence à APG/GNR (Associação dos Profissionais da Guarda)?			123										
Indispensabilidade identitária	4.6228	1.64	162	1									
Indispensabilidade funcional	4.8571	1.81	160	.39**	1								
Convicção moral	4.5409	1.54	141	.32**	.21*	1							
Eficácia	4.8824	2.05	136	.20*	-.07	.19*	1						
Raiva	5.5637	1.57	136	-.01	-.24**	.07	.20*	1					
Intenção ação coletiva	5.8438	1.49	128	.03	-.19*	.15	.25**	.74**	1				
Comportamento disruptivo	3.2548	1.49	124	.16	-.02	.01	.11	.41**	.46**	1			
Infracões militares	3.4172	1.51	124	.13	-.08	.04	.11	.38**	.48**	.94**	1		
Comportamento disruptivo clássico	2.7764	2.23	123	.16	.11	-.06	.06	.32**	.26**	.74**	.48**	1	
Identificação categoria supra- ordenada	4.80	1.63	128	.03	.35**	.21*	-.10	-.24**	-.19*	-.21*	-.21*	-.14	1

Identificação endogrupo	5.45	1.25	130	-.02	.15	.17	-.06	-.14	-.08	-.29**	-.21*	-.32**	.34**
----------------------------	------	------	-----	------	-----	-----	------	------	------	--------	-------	--------	-------

---

Nota: \*p<.05; \*\*p<.001

#### IV. Discussão e Conclusões

A ação coletiva enquanto impulsionadora de mudança social é uma temática pouco analisada no que respeita a grupos autoritários. Apesar da literatura referir que os grupos militares tendem a mudar a organização a partir do interior, evitar assim colocar em causa a imagem da organização ou o compromisso com a sociedade civil (Levy, 2017), os comportamentos de ação coletiva, propriamente dita, como manifestações ou greves, parecem continuar a ocorrer (Calhaço, 2010). Deste modo, este estudo incita um passo importante na compreensão das motivações de indivíduos de um grupo militarizado português, para se envolverem em ações coletivas cujo alvo de mudança é a categoria supraordenada onde se encontram inseridos.

Esta investigação tinha como objetivo aferir o poder da indispensabilidade funcional enquanto variável moderadora entre as variáveis mediadoras do modelo SIMCA (van Zoeren *et al.*, 2012) e ação coletiva, num grupo autoritário. Contrariamente ao esperado, os resultados demonstraram que a indispensabilidade funcional não moderou a relação entre as mediadoras identificação com a categoria supraordenada, a eficácia ou a raiva e a intenção de participar em ação coletiva, sendo a convicção moral a variável preditora. Este resultado poderá ser explicado, pelo menos em parte, pela identidade difusa e ambígua da GNR, sendo esta parte integrante das forças de segurança e das forças militares portuguesas, tornando-a a única força de segurança militarizada em Portugal que, apesar de possuir normas militares, possui uma missão e atuação a nível da segurança.

Este estudo permitiu ainda aferir a aplicabilidade do SIMCA à realidade portuguesa de um grupo formal e hierarquizado. No grupo em questão, das variáveis referidas no SIMCA enquanto predictoras de intenções de ação coletiva, apenas a raiva demonstrou essa capacidade. Estes resultados podem indicar que, em grupos autoritários, as variáveis antecedentes à ação coletiva não são comuns às referidas no modelo SIMCA. De referir que os estudos realizados para validação deste modelo demonstraram que este possui uma maior capacidade preditiva em grupos politizados, dado o contexto autoritário desde grupo, as restrições à liberdade (Pimentel, 2008), e a impermeabilidade no que toca à mudança (Cohen-Chen *et al.*, 2014; Baltazar, 2005), estes fatores podem contribuir para a diferença motivacional antecedente à ação coletiva.

Apesar de os resultados não terem suportado a hipótese, análises adicionais sugeriram que a indispensabilidade funcional poderá prever ação coletiva em grupos autoritários,



sendo esse efeito explicado pela raiva. Além disso, a indispensabilidade funcional apresentou uma associação significativa com outras variáveis, nomeadamente a raiva e a identificação supraordenada. Com efeito, a literatura suporta a associação entre indispensabilidade e identificação supraordenada: os trabalhos de Guerra e colegas (2015) demonstram que a identificação com o grupo sucede à indispensabilidade funcional. A convicção moral também apresentou uma associação com a identificação supraordenada (Quadro 2). Considerando, por um lado, os antecedentes de ação coletiva propostos no modelo SIMCA (convicção moral predizendo raiva e identificação, que por sua vez prediz ação coletiva) e, por outro lado, os trabalhos de Guerra e colegas (2015) que demonstram a identificação com o grupo como consequência da indispensabilidade funcional, seria pertinente propor um quadro conceptual de ação coletiva adaptado a grupos autoritários baseado nestes contributos teóricos e nas pistas fornecidas pelos dados do presente estudo. Mais precisamente, em grupos autoritários poderá dar-se uma relação em cadeia: a convicção moral predizendo indispensabilidade funcional (Guerra *et al.*, 2015) que por sua vez identificação supraordenada (van Zomeren *et al.*, 2012). Esta indispensabilidade poderá apresentar uma relação negativa com a raiva (quanto menos indispensáveis, maior a percepção de raiva). Por último, e alinhado com o modelo SIMCA (van Zomeren *et al.*, 2008), a raiva prediria intenções de ação coletiva.

E esta poderá ser uma pista importante para perceber as questões de identificação grupal em grupos autoritários, em que as hierarquias mais baixas não devem possuir uma percepção de valor elevado para o funcionamento do grupo. Além disso, e tendo em conta o contexto da presente investigação, a indispensabilidade funcional poderá revelar-se uma variável importante no contexto da ação coletiva, em grupos em que a legitimidade da indispensabilidade dos contributos para o funcionamento da categoria supraordenada não seja colocada em causa, pelas relações de poder, que desvalorizam os contributos das patentes mais baixas do exército, como sendo categorias que apenas obedecem a ordens.

#### **4.1. Limitações e Estudos Futuros**

A dificuldade na recolha da amostra, bem como a desistência dos participantes, foram das maiores limitações desta investigação. O estudo de um grupo autoritário bem como a colocação de questões que poderiam comprometer o seu compromisso com a entidade patronal, poderão estar na origem desta limitação.

Além disto, a GNR representa uma simbiose entre as forças armadas e as forças de segurança, estando a sua identidade dividida entre as duas e as suas normas. Seria importante a realização de uma investigação que permitisse perceber se a identidade destes grupos se prende com normas militares atribuídas (RDM e Lei Orgânica Militar) ou com as normas e leis das forças de segurança, como a PSP (Polícia de Segurança Pública). Seria ainda importante a realização de estudo de um estudo avaliativo das intenções de ação coletiva num grupo autoritário português que não possua esta identidade difusa, como, por exemplo, o exército.

Tal como referido, sendo que o estudo realizado é de natureza correlacional, não é possível estabelecer relações de causalidade entre as variáveis, pelo que a realização de um estudo experimental seria um contributo importante para a investigação da ação coletiva em grupos autoritários. Tendo em conta os contributos de Geddes (1999) e considerando os grupos militares como aqueles mais distantes de processos de democratização, seria importante perceber estes comportamentos num grupo militar, através da aplicação de um estudo de manipulação das variáveis referidas nesta investigação, em cenários adaptados ao contexto. Tendo em conta a dificuldade de adesão da amostra demonstrada nesta investigação, sugiro a realização de uma investigação baseada num jogo/simulação ou na técnica de incidentes críticos (Flanagan, 1954), adaptado de modo a que o compromisso com a entidade patronal ou com o juramento realizado não fosse colocado em causa.

Levy (2017) refere que as mudanças organizacionais em grupos militares tendem a ocorrer a partir de comportamentos disruptivos que têm como objetivo influenciar o *status quo* e melhorar as condições das patentes mais baixas. Este pressuposto pode indicar que, apesar das restrições à liberdade, estes grupos encontram formas alternativas à ação coletiva comum para reivindicar uma melhoria de condições. Em investigações futuras seria importante perceber se este tipo de comportamentos, adaptados a este grupo, poderão ser considerados como ações coletivas internas ao invés de comportamentos disruptivos organizacionais, e, neste sentido, avaliar o modelo SIMCA tendo como variável dependente estes comportamentos.

Tendo em conta que desconhecemos como se comporta o SIMCA na realidade portuguesa, em grupos sem restrições à liberdade, a realização de uma investigação que permitisse comparar grupos com e sem essas restrições à liberdade. Neste sentido, sugiro enquanto estudo futuro, os movimentos feministas, grupo onde pode ser ainda avaliada a influência da indispensabilidade funcional sentido por este grupo para o funcionamento da sociedade, e a sua relação com as intenções de ação coletiva.

As linhas teóricas existentes procuram, essencialmente, responder à questão: quais são os fatores responsáveis pelo envolvimento de indivíduos em ações coletivas? No entanto é importante perceber ainda qual o impacto da ação coletiva a nível de mudança societal (Batel, & Castro, 2014). Este impacto poderá ser diferente dependendo da democratização dos grupos envolvidos, da cultura e até mesmo da relação de indispensabilidade funcional entre os grupos. Seria importante esclarecer quais as variáveis envolvidas no impacto e eficácia da ação coletiva a nível de mudança societal. Nesta linha de pensamento, seria importante perceber, no contexto das forças armadas e das forças de segurança, o impacto da ação coletiva (tenha ela resultados favoráveis à mudança grupal ou não), quer a nível endogrupal, quer ao nível do impacto para a imagem destas forças perante a sociedade civil, numa sociedade democrática e com liberdade de expressão e manifestação.

## Referências Bibliográficas

- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (76), 49-86.  
doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>.
- Amaro, J. (9 de setembro 2010). Nem todos as polícias têm direito a fazer greve. Público.  
Consultado a 10 de fevereiro de 2010 em: <https://www.publico.pt/portugal/jornal/nem-todos--as-policias--tem-direito--a-fazer-greve-20167914>.
- Appelbaum, S., Shapiro, B., & Molson, J. (2006). Diagnosis and remedies for deviant workplace behaviors. *Journal of American Academy of Business*, 9(2), 14-20.
- Baltazar, M. (2005). *As forças armadas portuguesas: Desafios numa sociedade em mudança*. Lisboa: Caleidoscópico.
- Bessa, F. (2012). *Oficiais da Guarda Nacional Republicana: uma análise sociológica*. (Tese de Doutoramento não publicada). ISCTE-IUL, Lisboa.
- Batel, S., & Castro, P. (2014). Collective Action and Social Change: Examining the Role of Representation in the Communication between Protesters and Third-party Members. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 25(3), 249–263.  
doi:10.1002/casp.2214.
- Cohen-Chen, S., Halperin, E., Saguy, T., & Zomeren, M. (2014). Beliefs about the malleability of immoral groups facilitate collective action. *Social Psychological and Personality Science*, 5(2), 203-210. doi: [10.1177/194855061349129](https://doi.org/10.1177/194855061349129)
- Ellemers, N., Spears, R., & Doosje, B. (1999). *Social identity: Context, commitment, content*. Oxford: Blackwell.
- Flanagan, J.C. (1954). The critical incident technique. *Psychological Bulletin*, 51(4), 327-358.  
Doi : 10.1037/h0061470.

- Manning, F. (1991). Morale, cohesion, and esprit de corps. In R. Gal & A. D. Mangelsdorff (Eds.), *Handbook of military psychology* (pp. 453-470). Oxford, England: John Wiley.
- Geddes, B. Eds. (1999). "Authoritarian Breakdown: Empirical Test of a Game-Theoretic Argument.": American Political Science Association Congress, Atlanta.
- Griffin, R. & Lopez, Y. (2016). "Bad Behavior" in Organizations: A Review and Typology for Future Research. *Journal of Management*, 31(6), 988-105. doi: 10.1177/0149206305279942.
- Guerra, R., Gaertner, S., António, R., & Deegan, M. (2015). Do we need them? When immigrant communities are perceived as indispensable to national identity or functioning of the host society. *European Journal of Social Psychology*, 45(7), 868-879. doi: 10.1002/ejsp.2153.
- Guerra, R., Rodrigues, D., Gaertner, S. L., Deegan, M., & António, R. (2016). The functional and identity indispensability scale (FIIS). *International Journal of Intercultural Relations*, 54, 34-46. doi: 10.1037/t57817-000.
- Jenkins, J. (1983). Resource mobilization theory and the study of social movements. *Annual review of sociology*, 9(1), 527-553. doi: 10.1016/b0-08-043076-7/01925-2.
- Klandermans, B. (1984). Mobilization and Participation: Social-Psychological Expansions Of Resource Mobilization Theory. *American Sociological Review*, 49(5), 583. doi: 10.2307/2095417.
- Klandermans, P. (2014). Identity politics and politicized identities: Identity processes and the dynamics of protest. *Political Psychology*, 35(1), 1-22. doi: 10.1111/pops.12167.
- Levy, Y. (2017). Control from within: How soldiers control the military. *European Journal of International Relations*, 23(1), 192-216. doi: 10.1177/1354066116631807.

- Louis, W. (2009). Collective action - and then what?. *Journal of Social Issues*, 65(4), 727-748.
- Lusa. (2017, maio, 3). *Militares fazem protestos simbólico durante cerimónia dos 106 anos da GNR*. Retirado de: <http://www.dn.pt/portugal/interior/militares-fazem-protesto-simbolico-durante-cerimonia-dos-106-anos-da-gnr-7202034.html>
- Lusa (2017, maio, 24). *Militares da GNR realizam protesto devido “à falta de resposta” do Governo*. Retirado de: <http://observador.pt/2017/05/24/militares-da-gnr-realizam-protesto-devido-a-falta-de-resposta-do-governo/>
- Markus, H. (2016). What moves people to action? Culture and motivation. *Current Opinion in Psychology*, 8, 161-166. doi: 10.1016/j.copsyc.2015.10.028.
- McAdam, D., Tarrow, S., & Tilly, C. (2003). Dynamics of contention. *Social Movement Studies*, 2(1), 99-102. doi: 10.1080/1474283032000062585.
- McCarthy, J., & Zald, M. (1977). Resource mobilization and social movements: A partial theory. *American Journal of Sociology*, 82(6), 1212-1241. doi: 10.1016/b0-08-043076-7/01925-2.
- McLauchlin, T. (2015). Desertion and Collective Action in Civil Wars. *International Studies Quarterly*, 59(4), 669-679. doi: 10.1111/isqu.12205.
- Michel, J., & Hargis, M. (2017). What motivates deviant behavior in the workplace? An examination of the mechanisms by which procedural injustice affects deviance. *Motivation and Emotion*, 41(1), 51-68. doi: 10.1007/s11031-016-9584-4. doi: 10.1007/s11031-016-9584-4.
- Muafi. (2011). Causes and Consequence Deviant Workplace Behavior. *International Journal of Innovation, Management and Technology*, 2(2), 123-126.

- Mummendey, A., & Wenzel, M. (1999). Social discrimination and tolerance in intergroup relations: Reactions to intergroup difference. *Personality and social psychology review*, 3(2), 158-174. doi: 10.1207/s15327957pspr0302\_4.
- Ng Tseung-Wong, C., & Verkuyten, M. (2010). Intergroup evaluations, group indispensability, and prototypical judgments: A study in Mauritius. *Group Processes & Intergroup Relations*, 13, 621-638. doi: 10.1177/1368430210369345.
- Novais, P. (2017, maio, 30). *GNR tem défice de 3500 efetivos militares*. Retirado de: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-05-30-GNR-tem-defice-de-3500-efetivos-militares>.
- Olson, M. (1965). *Logic of collective action public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press.
- Ostrom, E. (2015). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action (Canto Classic edition)*. London: Cambridge University Press.
- Pimentel, L. (2008). *A restrição de direitos aos militares das forças armadas*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.
- Porta, D., & Diani, M. (1999). *Social Movements: An Introduction*. Oxford: Blackweel Publishers.
- Qualtrics, P. (2003). UT, USA.
- Bamberg, S., Rees, J., & Seebauer, S. (2014). Climate protection needs societal change: Determinants of intention to participate in collective climate action. *European Journal of Social Psychology*, 44(5), 466-473. doi: 10.1002/ejsp.2032.
- Schwartz, M. (1976) *Radical Protest and Social Structure*. New York: Academy Press.

- Ulfelder, J. (2005). Contentious collective action and the breakdown of authoritarian regimes. *International Political Science Review*, 26(3), 311-334. doi: 10.1177/0192512105053786.
- Simon, B., & Klandermans, P. G. (2001). Toward a Social Psychological Analysis of Politicized Collective Identity: Conceptualization, Antecedents, and Consequences. *American Psychological Association*, 56(4), 319-331. doi: 10.1037//0003-066X.56.4.319.
- Simon, B., & Ruhs, D. (2008). Identity and politicization among Turkish migrants in Germany: the role of dual identification. *Journal of Personality and Social Psychology*, 95(6), 1354. doi: 10.1177/0192512105053786.
- Stouffer S, Lumsdaine M, Williams R, Smith M, Janis I, Starr, S & Cottrell, L. (1949). *The American Soldier*. Princeton : Princeton University Press.
- Stürmer, S., & Simon, B. (2009). Pathways to Collective Protest: Calculation, Identification, or Emotion? A Critical Analysis of the Role of Group-Based Anger in Social Movement Participation. *Journal of Social Issues*, 65(4), 681-705. doi: 10.1111/j.1540-4560.2009.01620.x
- Turner-Zwinkels, F. M., Postmes, T., & van Zomeren, M. (2016). Developing critical awareness: the consequences of action and reflection for perceptions of group injustices. *Journal of Applied Social Psychology*, 46(3), 143-157. doi: 10.1111/jasp.12351.
- TVI24 (2017, maio, 24). *Militares da GNR manifestam-se em Lisboa*. Retirado de: <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/protesto/militares-da-gnr-protestam-em-lisboa>.
- Van Zomeren, M., Postmes, T., & Spears, R. (2008). Toward an integrative social identity model of collective action: a quantitative research synthesis of three socio-psychological perspectives. *Psychological Bulletin*, 134(4), 504-535. doi: 10.1037/0033-2909.134.4.504.



van Zomeren, M., & Spears, R. (2009). Metaphors of protest: A classification of motivations for collective action. *Journal of Social Issues, 65*, 661–679. doi: 10.1111/j.1540-4560.2009.01619.x

Van Zomeren, M. (2013). Four core social-psychological motivations to undertake collective action. *Social and Personality Psychology Compass, 7*(6), 378-388. doi: /10.1111/spc3.12031

van Zomeren, M., Saguy, T., & Schellhaas, F. (2013). Believing in “making a difference” to collective efforts: Participative efficacy beliefs as a unique predictor of collective action. *Group Processes & Intergroup Relations, 16*(5), 618-634. doi: 10.1177/1368430212467476

van Zomeren, M. (2015). Collective action as relational interaction: A new relational hypothesis on how non-activists become activists. *New Ideas in Psychology, 39*, 1-11. doi: 10.1016/j.newideapsych.2015.04.001

Verkuyten, M., Martinovic, B., & Smeekes, A. (2014). The multicultural jigsaw puzzle: Category indispensability and the acceptance of immigrants’ cultural rights. *Personality and Social Psychology Bulletin, 40*(11), 1480–1493. doi:/10.1177/0146167214549324.

Tajfel, H. (Ed.) (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*. London: Academic Press.

Tetlock, P. (2002). Social functionalist frameworks for judgment and choice: Intuitive politicians, theologians, and prosecutors. *Psychological Review, 109*, 451–471. Doi: 10.1037/0033-295x.109.3.451\_

Tilley, C. (1978). *From mobilization to revolution*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.

Yildiz, B., & Alpan, L. (2015). A Theoretical Model on the Proposed Predictors of Destructive Deviant Workplace Behaviors and the Mediator Role of Alienation.

*Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 210, 330 – 338. doi:  
10.1016/j.sbspro.2015.11.373.

Walker, I., & Smith, H. J(Eds.). (2002). *Relative deprivation: Specification, development, and integration*. Cambridge: Cambridge University Press.

Walsh, G. (2014). Extra-and intra-organizational drivers of workplace deviance. *The Service Industries Journal*, 34(14), 1134-1153. doi: 10.1080/02642069.2014.939645.

Weber, B., & Hertel, G. (2007). Motivation gains of inferior group members: A meta-analytical review. *Journal of Personality and Social Psychology*, 93(6), 973-993. doi: 10.1037/0022-3514.93.6.973.

Wright, S., Taylor, D., & Moghaddam, F. M. (1990). Responding to membership in a disadvantaged group: From acceptance to collective protest. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 994–1003. doi: 10.1037//0022-3514.58.6.994.

Zribi, H., & Souaï, S. (2013). Deviant Behaviors in Response to Organizational Injustice: Mediator Test for Psychological Contract Breach-The Case of *Tunisia*. *Journal of Business Studies Quarterly*, 4(4), 1-2.

## Anexo A - Questionário

Este estudo pretende analisar a opinião dos militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) acerca da sua pertença às Forças Nacionais (Forças Militares e de Segurança em Portugal) e acerca do novo estatuto da GNR.

O estudo é efetuado no âmbito da realização Dissertação no Mestrado de Psicologia Social e das Organizações do ISCTE-IUL, e pode ser respondido por qualquer militar da GNR.

### Participação voluntária e confidencialidade

A participação neste estudo é inteiramente voluntária, sendo que pode terminar a sua participação a qualquer momento sem qualquer tipo de consequência.

Todas as respostas são anónimas e não serão analisadas individualmente. Os dados serão tratados com confidencialidade e serão usados apenas para fins académicos e/ou científicos.

Apesar de a sua participação ser totalmente voluntária, algumas questões são de resposta facultativa e outras de resposta obrigatória.

### Riscos

Não existem riscos associados à sua participação neste estudo.

Não há respostas certas nem erradas; só pretendemos saber a sua sincera opinião.

A sua participação é essencial para o resultado deste trabalho, sendo que agradecemos desde já a sua contribuição neste estudo.

Em caso de dúvida contactar: [dimca@iscte.pt](mailto:dimca@iscte.pt)

Aceita participar nesta investigação?

Sim

Não

Qual é a sua idade?

Indique o seu género.

Masculino

Feminino

Há quanto tempo está na GNR?

Não estou na GNR

Menos de 1 ano

1 a 3 Anos

3 a 5 Anos

5 a 10 Anos

Mais de 10 Anos

---

Indique o seu Grau de Escolaridade

- Ensino Primário
- Ensino Preparatório ou equivalente
- Ensino Secundário ou Equivalente
- Ensino Superior - Licenciatura
- Ensino Superior - Mestrado ou Doutoramento
- Outro. Qual?

---

Qual é a sua categoria?

- Guardas
- Sargentos
- Oficiais
- Oficiais Gerais

Display This Question:

If Qual é a sua categoria? Guardas Is Selected

Qual é o seu posto?

- Guarda
- Guarda Pincipal
- Cabo
- Cabo de Curso
- Cabo Chefe
- Cabo Mor

Display This Question:

If Qual é a sua categoria? Sargentos Is Selected

Qual é o seu posto?

- Furriel
  - 2º Sargento
  - 1º Sargento
  - Sargento Ajudante
  - Sargento Chefe
  - Sargento Mor
-

Display This Question:

If Qual é a sua categoria? Oficiais Is Selected

Qual é o seu posto?

- Aspirante
- Alferes
- Tenente
- Capitão
- Major
- Tenente Coronel
- Coronel

Display This Question:

If Qual é a sua categoria? Oficiais Gerais Is Selected

Qual é o seu posto?

- Major General
- Tenente General
- Tenente General Comandante-Geral

**As próximas perguntas referem-se aos militares da GNR como membros das Forças Nacionais: Forças Militares e Forças de Segurança em Portugal. Queremos saber a sua opinião em relação às políticas governamentais para as Forças Nacionais. Um exemplo dessas políticas é a alteração ao estatuto da GNR.**

De seguida, iremos colocar algumas questões acerca da GNR e das Forças Nacionais (Forças Militares e de Segurança em Portugal)

Por favor, para cada uma das 6 afirmações que se seguem, indique a opção que mais se assemelha à sua opinião/posição (desde "Discordo Totalmente" a "Concordo Totalmente").

	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Não Concordo nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente
1. Eu teria uma opinião muito diferente das Forças Nacionais se a GNR não fizesse parte destas Forças.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Sem a GNR, sentiria as Forças Nacionais como diferentes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Não se pode descrever a história das Forças Nacionais sem falar na GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. As Forças Nacionais seriam muito diferentes sem a presença da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Eu sentir-me-ia muito diferente acerca do significado das Forças Nacionais, se a GNR não fosse parte destas Forças.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. O significado do que é ser parte das Forças Nacionais mudaria se a GNR não fosse parte dessas Forças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Não Concordo nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente
1. Sem as contribuições da GNR, as Forças Nacionais passariam dificuldades em manter a segurança do país.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. A manutenção das funções atribuídas às Forças Nacionais depende das contribuições da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Operacionalmente, as Forças Nacionais precisam da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Sem a GNR, as Forças Nacionais seriam muito fracas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. As Forças Nacionais dependem fortemente do trabalho da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. A GNR contribui para a capacidade operacional das Forças Nacionais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Qual é, em geral, a sua opinião em relação às alterações ao estatuto da GNR? Quais os elementos em que poderá estar em desacordo?

Por favor, escreva no máximo duas frases com a sua opinião.

Por favor, para cada uma das 6 afirmações que se seguem, indique a opção que mais se assemelha à sua opinião/posição (desde "Discordo Totalmente" a "Concordo Totalmente").

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente
1. A minha opinião acerca das alterações ao estatuto da GNR é importante para mim.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. A minha opinião acerca das alterações ao estatuto da GNR é uma parte importante das minhas normas e valores morais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Eu acredito que a minha opinião acerca das alterações ao estatuto da GNR tem um carácter moral.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. A minha opinião acerca das alterações ao estatuto da GNR é um valor moral que deve ser aplicado em qualquer parte do país.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Existe apenas uma posição acertada acerca das alterações ao estatuto da GNR, que é a minha posição.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. A minha opinião acerca das alterações ao estatuto da GNR reflete uma parte importante daquilo que eu sou.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Por favor, para cada uma das 4 afirmações que se seguem, indique a opção que mais se assemelha à sua opinião/posição (desde "Discordo Totalmente" a "Concordo Totalmente").

	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente
1. Enquanto militares da GNR, eu acredito que podemos mudar as alterações ao estatuto da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Enquanto militares da GNR, eu acredito que podemos influenciar a decisão sobre as alterações ao estatuto da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Eu penso que, enquanto militares da GNR, nós podemos, juntos, defender os nossos interesses com sucesso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Eu penso que, enquanto militares da GNR, nós podemos, juntos, mudar esta situação: de alteração do estatuto da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Por favor, para cada uma das 3 afirmações que se seguem, indique a opção que mais se assemelha à sua opinião/posição (desde "Discordo Totalmente" a "Concordo Totalmente").

	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Parcialmente	Não Concordo nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente
1. Como militar da GNR, eu sinto-me chateado(a) com as alterações ao estatuto da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Como militar da GNR, eu sinto-me furioso(a) com as alterações ao estatuto da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Como militar da GNR, eu sinto-me indignado(a) com as alterações ao estatuto da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Por favor, para cada uma das 4 afirmações que se seguem, indique a opção que mais se assemelha à sua opinião/posição (desde "Discordo Totalmente" a "Concordo Totalmente").

	Discordo		Discordo		Concordo		Concordo
	Totalmente	Discordo	Parcialmente	Discordo	Parcialmente	Concordo	Totalmente
1. Eu vejo-me como membro da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Eu identifico-me com os meus camaradas da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Eu sinto que existe uma forte camaradagem entre mim e os militares da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Sinto-me orgulhoso(a) dos militares da GNR, enquanto grupo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Por favor, para cada uma das 4 afirmações que se seguem, indique a opção que mais se assemelha à sua opinião/posição (desde "Discordo Totalmente" a "Concordo Totalmente").

	Discordo		Discordo		Concordo		Concordo
	Totalmente	Discordo	Parcialmente	Discordo	Parcialmente	Concordo	Totalmente
1. Eu vejo-me como membro das Forças Nacionais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Eu identifico-me com as Forças Nacionais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Eu sinto uma forte camaradagem com o grupo de Forças Nacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Eu sinto-me orgulhoso das Forças Nacionais, enquanto grupo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Por favor, para cada uma das 4 afirmações que se seguem, indique a opção que mais se assemelha à sua opinião/posição (desde "Discordo Totalmente" a "Concordo Totalmente").

	Discordo		Discordo		Concordo		Concordo
	Totalmente	Discordo	Parcialmente	Discordo	Parcialmente	Concordo	Totalmente
1. Eu participaria numa manifestação contra as alterações ao estatuto da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Eu gostaria de assinar uma petição contra as alterações ao estatuto da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Eu gostaria de fazer algo, em grupo, contra as alterações ao estatuto da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Eu gostaria de fazer algo contra este problema, das mudanças no estatuto da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Até que ponto estaria disposto(a) a realizar as seguintes ações, juntamente com os seus camaradas, contra as alterações ao estatuto da GNR?

	Nada disposto(a)						Totalmente disposto(a)
1. Questionar o seu superior hierárquico acerca do problema em questão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Não cumprir ordens de um superior hierárquico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Não aparecer num lugar a que for chamado ou deva comparecer em virtude das suas obrigações de serviço.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Organizar uma petição para os meus camaradas assinarem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Organizar uma manifestação de protesto contra as alterações ao estatuto da GNR.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Aparecer atrasado num lugar a que for chamado ou deva comparecer em virtude das suas obrigações de serviço.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Realizar as minhas tarefas mais devagar propositadamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Realizar as minhas tarefas com uma qualidade inferior, aquela que sei que seria capaz, propositadamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Como classificaria o seu conhecimento acerca do Decreto-Lei enumerativo dos Deveres e Direitos dos Militares, aplicados à GNR (RDGNR)?

Não Conheço   
  Muito Mau   
  Mau   
  Médio   
  Bom   
  Muito Bom   
  Excelente

Dentro do Decreto-Lei enumerativo dos Deveres e Direitos dos Militares e, como classificaria o seu conhecimento acerca das penalizações que poderá sofrer caso se envolva em manifestações ou qualquer outra forma de protesto?

Não Conheço   
  Muito Mau   
  Mau   
  Médio   
  Bom   
  Muito Bom   
  Excelente

Pertence à APG/GNR (Associação dos Profissionais da Guarda)?

Sim   
  Não   
 Não, mas pertenço a outra associação.  
 Especifique qual:

Tem algum comentário acerca do tema deste estudo que não lhe tenha sido perguntado neste questionário?

Tem alguma sugestão de melhoria para este questionário?

O questionário está terminado!

A sua participação é essencial para compreendermos as reações dos militares da GNR enquanto grupo social. Muito obrigado!

Para qualquer questão ou esclarecimento adicional, pode contactar: [dimca@iscte.pt](mailto:dimca@iscte.pt)